

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UM *DRAMA*: A RENOVAÇÃO URBANA EM LILLE-SUD

Ana Maria Barbosa Campelo de Melo
Doutoranda em Geografia, Planejamento Urbano e Urbanismo – Université de Paris III
Associada ao laboratório CREDA
anamelo@sfr.fr

Soraya Silveira Simões
Doutora em antropologia, professora do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes (IH-
UCAM)
Associada ao LeMetro/IFCS-UFRJ e ao INCT-InEAC
sosimoes01@gmail.com

Recibido: 10 de noviembre de 2010. Devuelto para revisión: 20 de noviembre de 2010. Aceptado: 15 de
enero de 2011.

Considerações acerca de um *drama*: a renovação urbana em Lille-Sud (Resumo)

Abordamos o tema da renovação urbana a partir da noção de *social drama*, de Victor Turner[1], tal como apresentada no estudo etnográfico brasileiro “Quando a rua vira casa”[2]. Deste modo, trataremos o evento “renovação” como um processo ao longo do qual uma aguda reflexividade conduz à formação do que Turner denominou de “comunidade de aflição”[3]. A intensa produção coletiva de narrativas que se segue elabora e organiza a experiência dos afetados, assim como permite orientar suas ações ao longo de todo o processo. E são precisamente a organização da experiência diante do evento renovação urbana e as estratégias políticas criadas para conduzir as operações o objeto que escolhemos para observar a atual política urbana e social francesa, a partir do estudo de caso do Grand Projet Urbain (GPU) em curso no bairro de Lille-Sud, em Lille, França.

Palavras chave: renovação urbana, drama social, Lille-Sud

Considerations about a drama: urban renewal in Lille-Sud (Abstract)

We deal with the issue of urban renewal from the notion of social drama by Victor Turner[4], as presented in the Brazilian ethnographic study *Quando a rua vira casa*[5]. Thus, we will consider the "renewal" event as a process in which an acute reflexivity leads to the formation of what Turner called "community of distress"[6]. The intense production of a collective narrative that follows the urban renewal elaborates and organizes the experience of those who are affected by this event and northerners their actions throughout the process. We focus our attention in the way the people and their associations organized themselves before the event of the urban renewal and also in the political strategies created to manage this process. We chose to observe the current French urban and social policy from the case study of Grand Projet Urbain (GPU) in the district of Lille-Sud in the city of Lille, France.

Key Words: urban renewal, social drama, Lille-Sud

Consideraciones acerca de un drama: la renovación urbana en Lille-Sud (Resumen)

Abordamos el tema de la renovación urbana a partir de la noción de *drama social*, de Víctor Turner[7], tal como es presentada en el estudio etnográfico brasileño *Quando a rua vira casa*[8]. De este modo, trataremos el evento "renovación" como un *proceso* a lo largo del cual una aguda reflexividad conduce a la formación de lo que Turner denominó "comunidad de afiliación"[9]. La intensa producción colectiva de las siguientes narrativas, elabora y organiza la experiencia de los afectados, así como permite orientar sus acciones a lo largo de todo el proceso. Son precisamente, la organización de la experiencia delante del evento de renovación urbana y las estrategias políticas creadas para conducir las operaciones, el objeto que escogemos para observar la actual política urbana y social francesa, desde del estudio de caso de Grand Projet Urbain (GPU) en marcha en el barrio de Lille-Sud, en Lille, Francia.

Palabras clave: renovación urbana, drama social, Lille-Sud

"O CUCS (Contrato Urbano de Coesão Social) é coordenar as ações e tecer laços entre o social e urbano."

Walid Hanna, secretário municipal encarregado da Política da Cidade de Lille[10].

A renovação urbana é um conjunto de ações que intervêm nas diversas dimensões da vida cidadã. Os argumentos que justificam essas intervenções as apresentam ora como uma resposta a "problemas públicos", definidos segundo os paradigmas dominantes em cada época (higienismo, no início do século XX; ecologia, no início do século XXI), ora como modo de reordenar os fluxos e os usos da cidade e de viabilizar processos de modernização e de metropolização.

O paradigma que guiou as grandes intervenções do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, fundado pelas descobertas da microbiologia pasteuriana,

colocava no centro do problema as “habitações insalubres” e, com elas, as práticas de seus habitantes, eles também objeto de uma reforma cuja realização se daria pela aquisição de certa *urbanidade*. No século XXI, o paradigma que orienta as grandes reformas tem como objeto de atenção um outro “corpo”: o planeta. E uma nova ameaça desvendada por uma ciência cujos conhecimentos ampliaram-se vertiginosamente e difundiram-se mundialmente nas últimas décadas: a Ecologia. Assim, o novo “corpo” vulnerável não se encontra mais nas cidades, mas é ameaçado por elas. Trata-se de uma nova entidade que doravante estará no centro dos argumentativos da pós-modernidade como um bem comum irrefutável.

Mas o argumento da “cidade durável” não é o único que sustenta as novas intervenções, nas cidades de todo o mundo. Apresentado como um requisito para os financiamentos do Banco Mundial e de outras agências, o argumento ambiental serve de justificativa universal enquanto os “problemas sociais” e suas soluções são categorizados e apresentados como uma questão eminentemente urbana, a serem resolvidos através de “planejamentos estratégicos”[11] ou pela implantação das chamadas “melhores práticas”[12].

O mundo social, hoje, considerado não mais através das estruturas englobantes ou da macro-economia, vem sendo abordado hoje, na França, por meio de uma nova escala que pode ser muito bem apresentada pela expressão “*lien social*” (“laço social”), presente em todos os discursos que orientam a ação política[13]. Enquanto terapêutica, a expressão *faire du lien* (“tecer laços”), bastante comum nos discursos políticos, nos permite entrever o modo como são identificados os atuais problemas sociais. E estes, quando perduram no tempo – como o desemprego e as fragilidades sociais daí derivadas –, são traduzidos muitas vezes pelo o que Robert Castel chamou de “desafiliação”[14]. Assim, as políticas públicas atuais não pretendem mais responder às dificuldades sociais estruturais, mas visam à dispersão pelo território daqueles que figuram nas estatísticas alarmantes e o tratamento de problemas crônicos através de uma lógica liberal do “*cas par cas*”.

Em termos epistemológicos, o que se passou nos últimos anos para viabilizar a mudança de escala das políticas públicas – hoje representadas pela chamada “*politique de la ville*” – foi, também, uma formidável consideração e circunscrição do espaço físico como elemento do diagnóstico dos problemas sociais contemporâneos[15]. A concentração dos conjuntos habitacionais em determinadas comunas e áreas das cidades e o que eles representam em termos de políticas públicas passadas tornou-se um objeto de intervenção pela constatação da obsolescência de sua própria concepção. No novo paradigma há que se combater a “exclusão”, e as políticas habitacionais anteriores, vistas nos dias de hoje, parecem ter recrudescido as distâncias sociais situando “populações” em áreas bem definidas. Assim, desde a lei Borloo, em 2003, a espacialização da questão social e o imperativo da “*mixité*” instalaram-se como estratégia heurística no atual cenário político francês[16].

Essa forma de administração institucional da vida social urbana francesa, não à toa, chama-se *Politique de la ville*. Nela, a homologia entre espaços e populações permite o emprego de termos que qualificam, às vezes indistintamente, tanto um quanto outro. É necessário “desenclavar” bairros para ampliar os acessos no âmbito da aglomeração e, do mesmo modo, espera-se que algo de similar ocorra com relação a certas vizinhanças presumidamente não integradas à sociedade francesa. Sob a égide da *Politique de la*

ville, grande parte dos investimentos necessários para a realização de seu postulado – uma “sociedade mais justa” através das intervenções no espaço construído – provém, desde 2003, de uma única agência: a *Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine* (ANRU).

Apesar do vasto repertório político que pretende dar conta do problema da “integração”, e que contribui, entre outras coisas, para dissociar as intervenções de hoje daquelas efetuadas num passado recente, a política de demolição dos *grands ensembles* e o notável deslocamento de populações faz lembrar, neste aspecto, o que ocorreu no Brasil, nos anos 1960 e 1970, com o nome de política de “remoção de favelas”[17]. Se os efeitos diaspóricos e a extinção de um testemunho urbanístico nos permitem lembrar da antiga política brasileira, é certo que a periferação ocorrida naquele momento no Brasil não pode, contudo, ser comparada, mesmo proporcionalmente, com os resultados da distribuição da população nos chamados *sites associés*[18], como são denominados pela política urbana de Lille os possíveis destinos para os residentes dos HLM (*Habitation à Loyer Modéré* – habitação locativa de caráter social) demolidos (Figura 1). O zelo terminológico, a estrutura dos discursos e a formidável penetração institucional na vida dos moradores de certos bairros da cidade, justificada pelo argumento de combate à exclusão, indicam que a política oficial compreende o indivíduo não mais, ou somente, como um cidadão, mas antes e, sobretudo, como um “próximo” capaz de “*faire du lien*”.



Figura 1. Os sítios de intervenção do GPU de Lille contornados em vermelho.

Fonte: <http://gpu.mairie-lille.fr/>, consultado em 10/04/2010.

Deste modo, a dificuldade que se apresenta ao sociólogo interessado na renovação urbana em curso no território francês é a de esclarecer os processos através dos quais as várias dimensões da vida social cidadina se encontram hoje intimamente associadas

entre si, privilegiadamente no âmbito local – o “*quartier*” –, e interpretadas como problemas públicos sob o prisma de uma só rubrica: a “questão urbana”. O valor atualmente atribuído ao “bairro” coloca-o como um operador na “luta contra a exclusão” e como o lugar privilegiado para se tecer o “*lien social*” e “restituir a cidadania”.

Independente da escala – metrópole, cidade, *îlot* –, o postulado que confere poderes de compensação social à dimensão espacial supõe que o “bairro” – e, sobretudo, o “bairro sensível” – seja algo perfeitamente mensurável com estatísticas. Se estas revelam muitas similaridades no quadro sócio-econômico de seus habitantes, o que fundamenta a submissão dessas localidades às diversas *politiques de la ville*, isto não determina, contudo, que haja semelhanças na morfologia dessas unidades administrativas[19]. Mesmo assim, mais de 500 bairros classificados como ZUS (*Zone Urbaine Sensible*) serão palco das demolições de 250.000 unidades residenciais em toda a França, além de outras intervenções chamadas de “residencialização”[20]. E uma grande soma de investimentos para a realização dos projetos apresentados pelos municípios, dos quais 40 bilhões de euros estão sendo financiados pela ANRU, é proveniente de uma democracia liberal baseada em contratos e parcerias com agências públicas e privadas[21]. O compromisso assumido entre essas inúmeras agências deixa aos habitantes, parte privilegiada nos discursos oficiais, o direito de participar das “reuniões de consertação”, última palavra em “democracia participativa” e última etapa de legitimação dos “grandes projetos” já aprovados, por sua vez, em instâncias heterônomas.

Como mostram os Grandes Projetos Urbanos e os numerosos trabalhos consagrados à análise dos processos contemporâneos da renovação urbana na França, a noção de bairro tornou-se um instrumento “cômico de produção em comum, por atores pertencendo a mundos sociais e institucionais diferentes”. [22] E a qualificação desse espaço – e de todos os outros nele contidos, tal como sugere o termo “residencialização” – é parte fundamental do processo de implicação das pessoas, subentendido na idéia de democracia participativa. O mecanismo de implicação dos habitantes passa, evidentemente, por um léxico que os transforma em “parceiros”, em “atores” da renovação de seus bairros – ou, segundo a atual escala de abordagem política da vida cidadina, atores da renovação de seus próprios “*meios*”. Tudo indica o empenho para se estabelecer um compromisso moral, *parti pris* dessa nova engenharia do social onde o cidadão, como dissemos acima, passa a ser antes de tudo um “próximo” [23].

A arquitetura da atual política redimensiona o indivíduo em seu “meio” (“*milieu*”) e o exhibe como personalidade local da qual depende a urdidura da “coesão social”. A estratégia, fruto também do imperativo da participação imposto por financiadores de programas e projetos (tais como o Banco Mundial, na esfera global, e a ANRU, na França), envolve os afetados pela renovação urbana, tornando-os braço direito do projeto. Nesse regime do plano[24], o morador – e mais precisamente o locatário dos conjuntos habitacionais – figura enquanto tal, do modo mais personalizado possível, em discursos e interações mantidas publicamente com os personagens do planejamento, especialmente *élus* (políticos locais) e *bailleurs* sociais[25], figuras fortemente presentes no campo. A passagem da problemática política àquela da civilidade e da urbanidade é a atual tentação, “tão forte que muito poucos resistiram a ela, aceitando jogar o jogo do amalgama entre o social e o espacial, entre a cidade e a sociedade em seu conjunto”[26].

Esse enredo começou a ser encenado em Lille na noite do dia 18 de janeiro de 2006. Diante de 500 moradores presentes à reunião de apresentação do GPU de Lille-Sud, a prefeita da cidade anunciaria, segundo os jornais, a “*bonne nouvelle*”: uma “cidade para todos”, ideal cuja realização passaria impreterivelmente pela transformação completa de seus bairros, inclusive pela demolição de suas residências.

Diante desse estado de coisas, decidimos abordar o tema da renovação a partir da noção de *social drama*, de Victor Turner[27]. Para o antropólogo britânico, o drama,

“consiste em um modelo de quatro estágios, procedendo da ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação que lhe fornece não só o seu contexto [*setting*], mas também muitos de seus objetivos, através de uma fase de rápida ampliação da crise na direção da mais importante linha dicotômica de clivagem do grupo, para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão pública e simbólica da reconciliação ou do rompimento irremediável”[28].

A dimensão do drama social nos interessa, aqui, na medida em que permite tratar a renovação urbana como um *processo* particular, ao longo do qual uma aguda reflexividade conduz à formação do que Turner denominou de “comunidade de aflição”[29]. Diante de um evento (nesse caso, o anúncio da renovação urbana), uma intensa produção coletiva de narrativas elabora e organiza a experiência dos afetados (pelas intervenções), assim como permite orientar suas ações ao longo de todo o processo. E são precisamente a organização da experiência diante do evento renovação urbana e as estratégias políticas criadas para conduzir as operações o principal objeto de nossa atenção.

Optamos por acompanhar esse processo no bairro de Lille-Sud, principal área de intervenção do GPU de Lille, onde estão sendo investidos €250.000.000,00 do total de €482 milhões destinados à realização do programa concebido para a capital lillense. As intervenções do GPU contemplam desde a construção de equipamentos públicos, melhorias e expansão da rede viária, reabilitação das habitações insalubres e « residencialização », assim como a demolição e a reconstrução de moradias sociais e privadas. O conjunto das habitações a serem construídas compreende, de acordo com o *site* do GPU, e em função da imposição da “*mixité sociale*” pela prefeitura, « 25% de unidades locativas sociais, 20% de locativa intermediária e livre, 35% de locativa livre e 25% de acessão assistida à propriedade e acessão livre à propriedade »[30]. Deste total, no máximo 25% das habitações serão de T2 e no mínimo 25% delas, de T4[31].

Em Lille-Sud, dois setores concentram os grandes conjuntos de habitação social locativa: Cannes-Arbrisseau, ao sul, e Arras-Europe, ao norte do bairro, onde a maior parte dos imóveis será demolida (346 unidades). A escolha metodológica de observar as interações entre os moradores dessa localidade e os planejadores (*bailleurs, élus*, urbanistas e outros *experts*) nas mais diversas arenas criadas em torno do evento “renovação urbana”, nos permitiu, entre outras coisas, conhecer os atuais limites da comunicação entre as partes envolvidas. Após o acordo firmado nas mais altas instâncias decisórias, a notícia das demolições e reconstruções chega aos habitantes da cidade trazendo muitos questionamentos e controvérsias.

O trabalho de Sísifo: dissociar as intervenções atuais daquelas do passado

Em uma reunião realizada entre *élus* e os chamados “profissionais”[32] em um dos novos equipamentos construídos pela prefeitura em Lille-Sud (a *Halle de Glisse*), em setembro de 2008, uma pergunta desconcertante revelaria uma das orientações mais relevantes do GPU: dissociá-lo de todas as intervenções do passado. Ao questionarmos o prefeito do bairro sobre a quantidade de famílias que teriam que deixar o local em decorrência da atual *renovação urbana*, tivemos como resposta não o número de realojamentos, mas uma observação: o GPU não poderia ser classificado como “renovação urbana”, pois o termo, segundo ele, era evocativo das intervenções modernistas tão criticadas atualmente por seu caráter autoritário e traumático. Alias, segundo ele, não se fala mais em *renovation*, mas em *renouvellement urbain*. Porém, o que há além dessa mudança lexical?

Durante a pesquisa de campo, iríamos descobrir que muitas das intervenções atuais não se distinguem substancialmente daquelas do passado: as demolições eram parte considerável do programa atual e, conseqüentemente, o deslocamento da população. Em contrapartida, além da mudança terminológica e dos efeitos resultantes das numerosas demolições, seria essencialmente a *condução do processo* que se distinguiria daquelas anteriores. Essa condução seria marcada pela *consideração*[33] exibida publicamente da parte dos detentores do poder com relação aos habitantes.

A nossa compreensão dessa estratégia se fez durante o trabalho de campo e da observação direta, sobretudo, das interações mantidas nas reuniões entre agentes públicos e moradores dos mais diversos setores de Lille-Sud. Um simples passeio por lá nos leva a uma verdadeira viagem na história das políticas de habitação social na França. De fato, Lille-Sud foi um laboratório de experimentação neste domínio. Ali construíram-se desde o final do século XIX e ao longo de todo o século XX, sobretudo até o fim dos *Trente Glorieuses*, testemunhos de todas as políticas francesas de habitação. Nesse campo, o bairro é didático quanto aos sistemas de espaços que testemunham dos diferentes sistemas de valores preconizados por cada uma dessas políticas: “*courées*”, “*Cités Jardins*”, “*Habitations à Bon Marché*” (HBM) e “*Habitation à Loyer Moderé*” (HLM). Nos anos 1980, a « torre » – tipologia que assombra a França e desenha a imagem da “*banlieue*” – começou a desaparecer da paisagem do bairro. O exemplo hoje legendário da destruição dos “*Biscottes*” – imensos prédios de 18 andares dinamitados em 1989 –, bastante mediatizado na época, permanece forte nas lembranças e constitui a imagem dessa modalidade de renovação traumática da qual se deve absolutamente se dissociar.

Segundo uma antiga locatária dos *Biscottes*, o processo concernindo à operação – que englobou desde a decisão e o anúncio de sua destruição, à própria destruição e à mudança dos moradores – foi autoritário, sem o recurso da chamada “conservação”: os moradores só foram informados de suas partidas obrigatórias e de seus destinos, igualmente escolhidos pelos decisores, após a análise habitual dos dossiês.

Esse processo foi ainda mais traumático porque uma parte das famílias já conhecia a mudança forçada. Além da viagem migratória feita por alguns desses moradores, uma vez chegados em Lille, eles se viram obrigados a se deslocar diversas vezes. Entre as famílias residentes nos *Biscottes*, muitas vinham já do Vieux-Lille, bairro-alvo das operações de renovação urbana dos anos 1970. Após a destruição dos *Biscottes*, uma

parte de sua população permaneceu no bairro, em imóveis que serão hoje, por sua vez, demolidos – ou, segundo o léxico atual, “desconstruídos”[34](Figura 2).

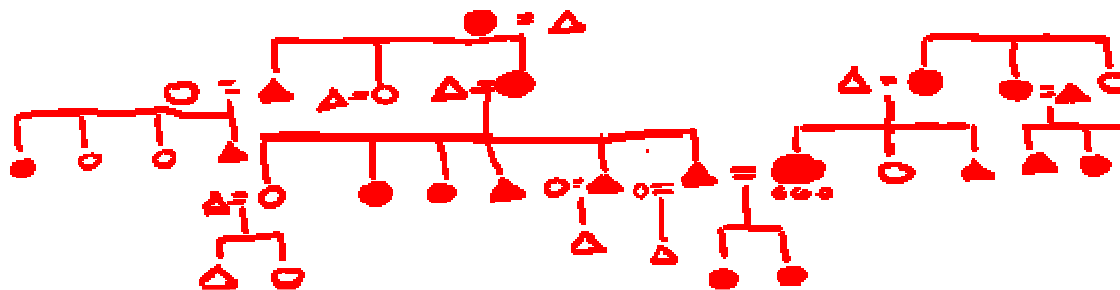


Figura 2. Genealogia de ego, uma ex-moradora de um “alojamento precário” no Vieux-Lille e dos antigos Biscottes, e atual moradora do prédio Méditerranée, em Lille-Sud, que por sua vez também será demolido.

Fonte: Elaboração própria.

Na genealogia acima (Figura 2), os parentes de *ego* que residem em Lille-Sud estão representados nos símbolos preenchidos e nos símbolos vazados aqueles que não moram ali. *Ego* mora com as duas filhas em um apartamento no térreo e é separada do marido. No mesmo prédio de *ego* moram sua mãe e seu irmão, em um apartamento no segundo andar, e sua tia, irmã da mãe, em um apartamento no terceiro andar. A outra irmã da mãe mora na Argélia. O pai de *ego* mora em outra cidade da França. Seu ex-marido mora com o irmão, separado da segunda mulher com a qual teve um filho. As duas irmãs do ex-marido de *ego* moram com a mãe, também no mesmo setor que será demolido. Os demais parentes do ex-marido estão também por ali, alguns na rua vizinha, e os primos que figuram na genealogia também têm filhos – « uns 11 no total », segundo *ego*. Sobretudo os parentes de seu ex-marido são todos, sem exceção, casados com primos de primeiro grau (« *cousin germain* »). Muitos membros da família de *ego* e de seu marido partilham exatamente a mesma trajetória residencial: na geração dos pais, a viagem migratória da Argélia para a França; em Lille, a mudança forçada do Vieux-Lille para os Biscottes e destes para o setor dos HLM de Lille-Sud de onde agora partirão.

A política atual não negligencia o trauma passado. E para evitar que as feridas ainda mal cicatrizadas sejam reabertas, uma complexa articulação entre diversas instituições engajadas no projeto se encarrega de um “acompanhamento personalizado”[35] das famílias residentes nos imóveis a serem demolidos. Este acompanhamento engloba, em sua fase final, uma pesquisa de satisfação realizada com os moradores seis meses após a mudança, mas também, no âmbito do *Contrat Urbain de Cohésion Sociale* (CUCS), uma curiosa avaliação da trajetória de moradores em termos de “melhorias sociais”[36]. Aqui, um dos indicadores consiste em um “prazo de absorção da dificuldade” e esta pode ser desde o desemprego até problemas de alcoolismo – o que consiste, segundo os critérios da *Politique de la ville* lillense, em obstáculos para um percurso residencial ascendente[37]. O GPU de Lille, concebido e publicizado como uma política “sem precedentes”, talvez o seja, de fato, na medida em que investe em uma engenharia social também ela sem precedentes.

Mas apesar da admirável difusão de informações, do grande investimento na propaganda do GPU[38], da assunção dos custos da mudança dos moradores pelas mais diversas instituições implicadas, da futura oferta de residências no mesmo bairro ou setor e dos novos imperativos da democracia participativa, vimos que o diálogo entre planejadores e boa parte da população afetada permanecia obstruído pela mais evidente imposição que recai sobre os habitantes: mudar-se.

Tal imposição coloca em evidência a vulnerável situação do locatário das habitações sociais e, precisamente no caso de Lille-Sud, da manutenção de um sistema de vizinhança constituído, para muitos, pelos seus próprios parentes. Essa súbita tomada de consciência, a aguda reflexividade que engendra e os significados então atribuídos à atual renovação urbana – em suma, o cenário desse *social drama* – escapam totalmente do controle do planejamento. Do mesmo modo, as demandas então reclamadas por essa *comunidade de aflição*, que vão desde indenizações por danos morais[39] até a recusa em aderir às reuniões de consertação, dificilmente podem ser inteiramente consideradas pelos proponentes do projeto sob o risco de deslegitimar ou ainda inviabilizar o processo de intervenção.

Naquela esperada noite de janeiro de 2006, quando a prefeita de Lille anunciou, em um grande salão de Lille-Sud, a proposta do GPU – a “*bonne nouvelle*”, segundo os jornais – muitas foram as questões que já naquele momento os angustiavam: quais prédios seriam demolidos? O que seria construído no lugar? Que mudanças eram previstas? O longo silêncio que perdurou, desde então, até meados de 2008, quando as reuniões de consertação enfim começariam, só contribuiu para o aumento das expectativas. Pois, paralelamente, os habitantes tiveram a ocasião de testemunhar as transformações já em curso em Lille-Sud com a implantação de grandes equipamentos, como o *Hotel de Police*, a *Halle de Glisse* e o *Faubourg des Modes*[40], no âmbito do *Grand Projet de Ville* (GPV)[41].

Se o “*quartier*”, esse “*quart d’un arrondissement*”, como nos diz Georges Perec, pode ser também considerado “o pequeno pedaço de cidade dependente de um comissariado de policia...”[42], a implantação de um *Hotel de Police* à entrada de Lille-Sud simbolizou para muitos moradores a construção de um marco, a exemplo da antiga muralha, erguido entre a cidade e o “*quartier sensible*”. Do mesmo modo, os outros dois grandes equipamentos originados no GPV, a *Halle de Glisse* e o *Faubourg des Modes*[43] – criados pela prefeitura com a intenção de trazer para o bairro um público externo –, não conseguiram, até aqui, a adesão dos moradores de Lille-Sud, que os consideram destinados a um público de maior poder aquisitivo, com hábitos e gostos também distintos. Apenas a obra da ponte que liga Lille-Sud a Moulins é consensual entre os habitantes.

Se não os acolheram como consumidores ou usuários, esses equipamentos também não os empregaram, como era esperado pela política de inserção da mão-de-obra local. Finalmente, se serviriam ainda para atrair um público externo ao bairro, a implantação da *Halle de Glisse* e do *Faubourg des Modes* acirrou a aversão dos locais à política de renovação, fazendo surtir o desejo de se contraporem a essas iniciativas, considerando-as uma “invasão” ou ainda como expressão do desejo manifesto de “expulsá-los” de um bairro em vias de gentrificação.

O período de silêncio de quase dois anos e meio, durante os quais a população assistiu passivamente ao começo da mudança de Lille-Sud, contrastou com a enorme profusão de informação transmitida com a retomada das reuniões de consertação em setembro de 2008. No entanto, qual não foi a surpresa dos moradores, ao perceberem que suas perguntas já haviam sido respondidas e as respostas eram as operações de demolição. Este anúncio, mesmo que de uma certa forma esperado, foi de grande impacto, pois os prazos firmados na convenção restringiam em muito a margem para eventuais inflexões no projeto, conseqüentemente para o acolhimento das demandas locais.

Do ponto de vista pragmático, apresentar uma demanda de maneira adequada exige uma competência que resulta de uma socialização. Nas reuniões que presenciamos em Lille-Sud, exemplos locais da democracia republicana francesa, participaram membros de várias gerações de uma mesma família, desde crianças acompanhadas de seus pais até velhos imigrantes magrebinos. Entre todos esses, os participantes mais capacitados para apresentar as demandas locais eram aqueles da primeira ou segunda geração de nascidos na França. Pois muitos dos argumentos com os quais alguns dos presentes fundamentavam suas queixas eram da ordem dos valores que regem o mundo doméstico[44], da vida estritamente pessoal. Estes eram sempre os mais velhos, pessoas que migraram para a França nos anos de 1960 ou de 1970, e que aqui tiveram seus filhos e netos. Coube, portanto, a estes traduzir os argumentos das reivindicações de seus pais ou avós para o registro cívico (idem), de modo a poderem legitimá-los nessas arenas públicas[45]. Em uma das noites mais concorridas, diante da bancada dos *experts* que explicavam a demolição dos prédios a uma platéia de moradores perplexos, um senhor levantou a mão e, com seu forte sotaque, pronunciou-se de modo inesperado, dizendo: “eu moro aqui há 40 anos”. Sua participação resumiu-se neste anúncio que aniquilava, por completo, todas as supostas vantagens e melhorias da “qualidade de vida” que um novo e confortável apartamento, apresentado pelos *experts* com o auxílio de *power-points*, pudesse promover.[46]

A tensão exibida nas sessões promovidas nos setores habitados por uma vizinhança constituída por redes de parentes demarcava também os limites da comunicação entre planejadores e habitantes. Sob a forma de uma *retórica do ressentimento*[47], esses faziam veicular nessas arenas o sentimento de *desconsideração* e de *insulto moral* que experimentavam diante da obrigação de deixarem as suas casas sob o argumento de uma “melhoria da qualidade de vida” a ser promovida por um novo apartamento “adequado às novas normas europeias”. E evocavam, para tanto, o que representavam todos esses argumentos para as gerações de seus ascendentes – entre eles muitos aposentados – cujas rotinas e trajetos teriam que ser inteiramente readaptados.

Por outro lado, como argumenta a Prefeitura, há entre os habitantes aqueles que, diante do anúncio da renovação, não manifestam indignação. Ao contrário, aproveitam a ocasião para agilizarem um processo de mudança por vezes há muito esperado. Esses, como pudemos ver durante a pesquisa de campo, não tinham parentes no bairro e suas relações com os vizinhos eram circunstanciais. Contudo, expressavam para os *bailleurs* o desejo de obterem apartamentos nas comunas ou “sítios associados” onde residiam, por sua vez, membros de suas famílias, sublinhando com isso o alto valor atribuído por todos – aderidos ou não ao projeto – à possibilidade de residirem perto de seus parentes.

A “consideração pública” do drama: uma política de compensações?

Em um drama social, a formação da assim chamada “comunidade de aflição” define e distingue os afligidos dos beneficiados pelo processo. O anúncio da renovação traz consigo um fracionamento entre os habitantes que querem permanecer, manter seus cotidianos e redes de vizinhança e que questionam persistentemente o projeto e os que poderão, enfim, realizar o projeto pessoal de mudança. Ficar e resistir alude ao engajamento em uma causa coletiva face ao GPU, enquanto que aderir ao projeto e partir sugere razões de ordem pessoal e desimpedidas dos constrangimentos eventualmente impostos pela comunidade dos aflitos. Essa segmentação espacial possibilitada pela renovação instaura, deste modo, uma oposição moral[48].

Como vimos na genealogia acima, as redes de vizinhança no bairro são também constituídas de redes de parentesco. Apesar desse fato, nas reuniões de consertação a categoria “vizinhança” não é jamais utilizada, em benefício das melhorias anunciadas no âmbito das construções e do urbanismo. Diante disso, o sentimento dos moradores face à obrigação de mudança é ora traduzido como “invasão”, segundo a expressão utilizada por *ego* e outros moradores do lugar, ora como “dano moral”, modo como qualificou o presidente de *l’Association de Défense des Locataires de la Résidence Sud*.

A *desconsideração*, base sobre a qual se estrutura a retórica do ressentimento observada nas arenas em torno do GPU, se caracteriza “por um ato ou uma atitude que agride os direitos de natureza ético-moral”[49]. Diferentemente das agressões contra certos direitos previstos na lei, um insulto moral, como, por exemplo, a *desconsideração*, “não pode se traduzir imediatamente em evidências materiais » (idem). O conteúdo dessa retórica é, no entanto, manifestamente reconhecido pelos planejadores, seja em entrevistas ou em discursos proferidos nas arenas públicas, como expressão de um descontentamento legítimo, embora não seja reconhecido e amparado pela lei.

Se inibir o mecanismo da política de demolição nas reuniões de consertação organizadas em Lille se afigura como uma missão impossível, ao contrário do que aconteceu em outras cidades da França,[50] há, por outro lado, modos de positivar o incontornável desacordo através de uma espécie de *política de compensações*, esta sim aberta a negociações.

Em Lille-Sud, isso se dá através de um esforço em estabelecer uma sinergia entre os políticos e os demais participantes das reuniões de consertação dos setores afetados. Para tanto, há nessas ocasiões uma ostentatória distribuição de brindes. Aos moradores, é ofertado um vasto material informativo (que remete a apostilas didáticas) esclarecendo o processo da mudança, junto com canetas, blocos de anotações, chaveiros e pastas com a logomarca do GPU ou da Ville de Lille. Aqui importa não somente o farto material ofertado, mas também o modo de intercambiá-lo – no caso ritualmente, durante as reuniões de “consertação”, onde os brindes, após serem recebidos por cada participante no início das sessões, são, em seguida, apresentados por algum *élu* diante de uma platéia mais ou menos cativada. Fechando o ciclo ritual, um “*pot d’amitié*” é oferecido na sala de reuniões – “porque entre os nórdicos tudo deve terminar em festa”, como precisa um político. Nesse momento, palco e platéia se desfazem e todos – famílias, políticos, *bailleurs*, arquitetos, técnicos da prefeitura – circulam entre si trocando opiniões, comentários, mas também gentilezas que são apenas “um dos termos de um contrato muito mais amplo e muito mais permanente”[51].

Para apresentadores e platéia, o efeito do *opening gift*[52] dessa espécie de dádiva contratual transcende a relação estrita do *direito* encerrado em uma política – como a política de participação. Os planejadores *dão*, os moradores *recebem* e, assim procedendo, muitos terminam por *retribuir* a Prefeitura (ou melhor, os *élus*) ofertando, por sua vez, um *clinging gift* na forma de *participação* constante nas reuniões, viabilizando e agilizando, com isso, a realização do projeto – e estimulando também seus vizinhos a fazerem o mesmo.

Com a recepção do objeto ofertado em circunstâncias solenes, os participantes – “atores”, “*personalités*” ou ainda “*forces vives*”, como são qualificados publicamente alguns moradores e membros de associações locais nos discursos políticos – potencializam a *força* que existe na coisa dada. Marcel Mauss lembra que esta força tem nome. Para os maori, por exemplo, chama-se *hau* isso que faz a coisa recebida “não ser inerte”. A recepção da coisa *obriga*, e é nesta obrigação que reside a sua força – esse *hau* dos objetos que circulam nas trocas. Logo no início do *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss chama a atenção para esse fato que se refere, precisamente, ao efeito do ato de dar naquele que aceita receber: a *obrigação de retribuir*. Muitas prestações e contra-prestações aparentemente gratuitas e voluntárias são, de fato, obrigatórias. E, como observado na instituição do *potlach*, entre os kwakiutl do noroeste americano, as trocas podem muitas vezes obrigar de tal modo o destinatário da dádiva a ponto de arruiná-lo no momento da retribuição. Para esse tipo de troca, onde a obrigação de retribuir não necessariamente restitui uma igualdade contida na idéia de *reciprocidade* – como no caso das trocas no *kula*– Mauss atribuiu o caráter de *trocas agonísticas*. Nesse tipo de prestação, o que está em jogo é também, portanto, a honra, o prestígio, ou seja, o “*mana*”, como é chamada no direito maori a *autoridade* que se preserva no ato de retribuir.

Assim, mesmo uma troca sabidamente contratual veicula potencialidades não contempladas pelo contrato, e é nisso que está contida parte da dinâmica da chamada “democracia participativa”, sobretudo do modo como é praticada na cidade de Lille. Qualificados publicamente durante as muitas reuniões realizadas no bairro entre *élus* e moradores, estes últimos são categorizados e transformados em interlocutores competentes para mediar demandas locais e aquelas do GPU. Deixam, com isso, de ser *pessoas individuais* e ascendem ao estado de grandeza necessário[53] para o estabelecimento de um acordo.

A ampla difusão e a explicação do GPU lillense nas inúmeras reuniões que havia nos impressionado no início da pesquisa de campo passaram a ser compreendidas como um esforço moralizante da ação pública do “Estado animador”[54] orientado por uma ética humanista e interessado no « diálogo », na instauração da “confiança” e na tecitura do “*lien social*”[55]. Para tanto, tomava a *vida local* como suporte. E vimos nesse momento que os moradores, convocados para serem “participantes” das consertações – ou “atores” do processo de renovação urbana –, eram cooptados, nessas arenas, ao serem categorizados, por exemplo, como “forças vivas”[56] do bairro ou mesmo como relicários de uma memória coletiva a ser ela também guardada diante da realidade das “desconstruções”.

Assim, *participando*, aqueles moradores presentes às reuniões ou às outras atividades componentes do espectro de consertação e de animação do GPU (como o “*diagnostic marchant*” ou, ainda, exposições artísticas resultantes das discussões do “*groupe*”

mémoire”[57]) aderiam ao projeto e tornavam-se mais favoráveis a ele, buscando novos esclarecimentos a respeito de suas situações particulares e agilizando o processo de mudança. As arenas de consertação configuravam-se, deste modo, como estratégias para a elaboração de um consenso, mas de um consenso conduzido para propósitos bem definidos[58].

A “maleta do realojamento”: incitação à partida?

Durante as reuniões de consertação realizadas com os moradores de cada imóvel a ser demolido, políticos e *bailleurs* distribuíram um conjunto de material informativo reunido em uma “*malette du relogement*”. Esse “procedimento único na França”, como anunciado no programa do GPU de Lille, se baseia em uma “carta do realojamento” assinada pelos 15 parceiros envolvidos no processo. Com ela, cada família toma conhecimento das responsabilidades que recaem sobre cada ator e agência envolvidos na operação – etapas que vão desde o empacotamento de móveis e objetos pessoais até a mudança dos registros civis juntos às instituições republicanas. O caráter único anunciado consiste nesse acompanhamento personalizado que ultrapassa o momento em que a família deixa sua antiga moradia e se instala no novo imóvel, englobando desde a promessa de ajuda na busca de um emprego, de uma formação especializada visando uma inserção profissional até a escuta dos habitantes com relação ao tipo de moradia desejada, incluindo a possibilidade de “*décohabiter*” [59].

Seis meses após a mudança, uma “pesquisa de satisfação” é realizada “por um escritório de consultoria independente”[60] com cada uma das famílias, e com isso a trajetória residencial engendrada pelo GPU é considerada terminada. Essas famílias respondem a uma pesquisa e os resultados obtidos servem para produzir uma estatística que visa a valorizar ainda mais a política do GPU. Assim, no informativo *Lille-Magazine*, da Ville de Lille, de janeiro de 2007, foi anunciado que entre as primeiras 78 famílias realojadas dos imóveis Marne e Somme, 90% se diziam “satisfeitas ou muito satisfeitas” com a nova moradia e 39% haviam obtido um apartamento maior. No mesmo jornal, o leitor saberia ainda que “os cinco jovens acompanhados pela missão local haviam encontrado um emprego ou uma formação; um quarto dos 22 adultos já havia encontrado um emprego, um outro quarto havia encontrado uma formação.”

Nas reuniões ocorridas no final de 2008, muitas das questões dos moradores eram relativas à oferta de apartamentos adequados às suas necessidades. Pois as famílias que mais rapidamente aceitaram partir encontraram, com maior facilidade, apartamentos maiores ou mais adequados às suas necessidades, no universo de habitações existentes. A passagem do tempo aumentava algumas das expectativas e os discursos oficiais se adequavam ao novo contexto, valorizando possibilidades anteriormente menos relevantes em função das ofertas de moradia disponíveis.

Se em 2007 era anunciado que 39% das 78 famílias realojadas obtiveram apartamentos maiores, dois anos depois a possibilidade de “decohabitar” era apresentada nas reuniões como mais uma vantagem disponibilizada pelo GPU. No entanto, o que figura como uma vantagem esconde algumas limitações. O baixo nível de renda de muitos habitantes e o desemprego de longa duração impedem que parte considerável da população inicie uma trajetória ascendente e que a “decohabitação”, por exemplo, seja, para estes, uma “oportunidade” ao invés de uma fragilização de suas condições atuais de vida.

Segundo as previsões do GPU, 346 unidades locativas sociais serão demolidas no setor Arras-Europe e 46 no setor Cannes-Arbrisseau, totalizando 392 demolições[61]. Nesse primeiro setor, 550 novas unidades serão construídas, contabilizadas entre as 1.347 no conjunto do bairro. Entretanto, « para não diminuir a oferta de habitação social », 27% serão locativas sociais, ou seja, 149 unidades no setor Arras-Europe (mas somente 22% – 35 unidades – no setor Fauvet-Girel, mais valorizado pelo mercado imobiliário, pela proximidade com o *Eurasanté*, o “pólo de excelência” de saúde na metrópole lillense). No total, apenas 361 novas unidades integrarão o parque locativo social. Ou seja, menos de um terço do que está sendo proposto e menos que as demolições previstas.

Além disso, um aumento do aluguel é inevitável, como afirmado pelos próprios políticos e *bailleurs*. Em contrapartida, segundo eles, este aumento seria compensado pela diminuição das despesas de energia – procedimento que contrasta, por exemplo, com aquele de Dijon, onde, pela “*aide à la pierre*” (incentivo imobiliário oferecido pelo Estado), a permanência dos preços foi garantida[62].

Conforme o desejo de variar não só a tipologia, mas também as ofertas, e, ao mesmo tempo, incitar o acesso à propriedade para uma parcela da população, a “acessão ajudada à propriedade” é amplamente divulgada. Na verdade, do total de unidades novas, 223 são destinadas à acessão social à propriedade e à acessão livre. A chamada “acessão ajudada” é reservada às famílias cuja renda mensal global varia entre 2.000 e 3.700€[63] por mês, segundo a composição familiar. De acordo com a Prefeitura, o preço de compra “varia conforme os investidores, mas se situa numa média de 1.900€ o m² para a acessão social e 2.300€ para a acessão intermediária. Os candidatos devem se situar sob tetos de recursos financeiros: para a acessão social de uma família de quatro pessoas, o teto era em 2007 de 40.488€ de recursos anuais e de 51.607€ para a mesma família em acessão intermediária”.

Entretanto, o discurso constantemente positivado pelos políticos e *bailleurs* nas reuniões de consertação (“O preço do metro quadrado que propomos em Lille-Sud é nitidamente inferior àquele da média do resto da cidade”) não considera a realidade local do bairro e é sempre contradito pelos habitantes (“Mas vocês sabem qual é o preço médio do metro quadrado em Lille-Sud? Nós não vamos poder comprar uma casa aqui!”).

De fato, quando analisamos as estatísticas relativas às rendas das famílias da cidade, o contraste de certas zonas do bairro, (especialmente naquelas onde se concentram a habitação social) com o resto da cidade é flagrante. Por exemplo, a mediana da renda declarada por Unidade de Consumo (que corresponde ao “equivalente adulto”, unidade criada para poder fazer a comparação entre os domicílios de diferentes composições)[64] dessas zonas para o ano de 2002 é inferior à 8.000 € por ano – a mais baixa da cidade (Figura 3). Se fizermos as contas para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), como o exemplo mostrado pelos políticos nas reuniões de consertação, obteríamos o equivalente a uma renda familiar anual de 16.800 €, muito inferior aos 40.488€ do teto da acessão social à propriedade.

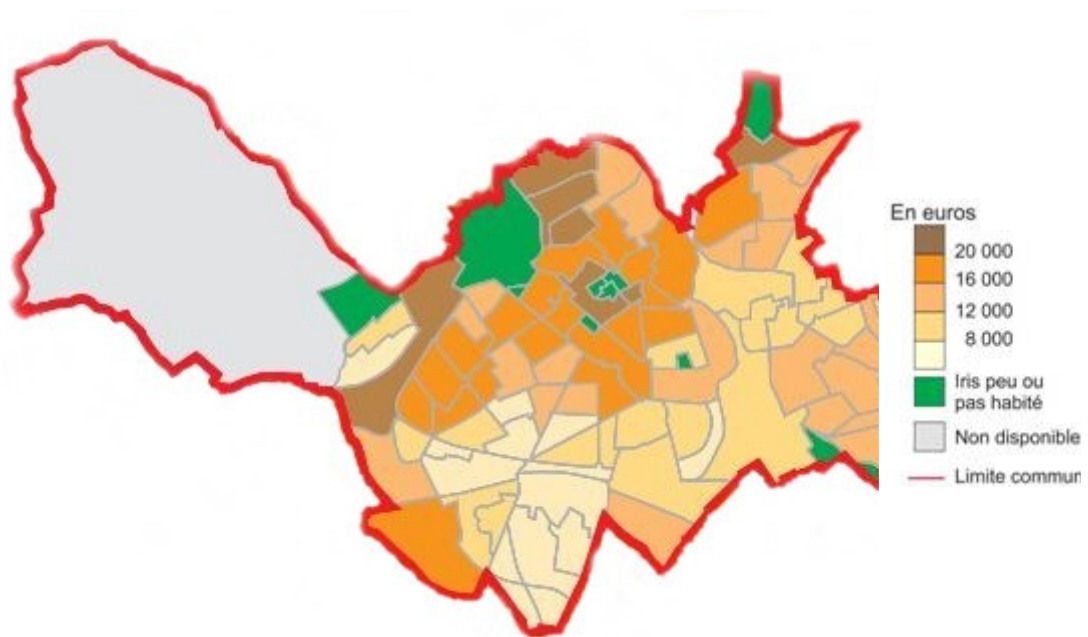


Figura 3. Mediana da renda declarada por Unidade de Consumo (equivalente adulto) na cidade de Lille para o ano de 2002 por *Ilots Regroupés pour des Indicateurs Statistiques (IRIS)*.

Fonte: INSEE Nord-Pas-de-Calais, *Pages de Profils*, n° 3, février 2006 – Revenus fiscaux et structures intercommunales: le cas de la Communauté urbaine de Lille Métropole.

Além disso, quando analisamos o preço médio do metro quadrado em Lille – de 2.105€, em janeiro de 2010, segundo as imobiliárias[65] –, constatamos uma diferença entre os preços propostos e aquele que existe atualmente na cidade (Figura 4)[66]. Mesmo se o metro quadrado a 1.900€ e 2.300€ (acessão social e acessão intermediária, respectivamente) concerne o novo, isto não quer dizer que a população ocupante das unidades sociais poderá acedê-lo, tendo em vista suas condições de vida.



Figura 4. Preços médios em euros por metro quadrado em Lille, em janeiro de 2010. Lille-Sud não figura na carta das imobiliárias.

Fonte: http://www.efficity.com/prix-immobiliers/id_z104740/#pricemap.

O preço do imóvel em Lille-Sud varia segundo diversos fatores. Esses preços podem até ser comparáveis com os de bairros considerados burgueses. Entretanto, para os apartamentos antigos com um conforto *standard*, como é o caso das habitações sociais que vão ser demolidas pelo GPU, o preço em euro do metro quadrado é nitidamente menor (entre 1.513 e 1.901) do que aquele proposto pela prefeitura e pelos *bailleurs* para os novos apartamentos em acessão ajudada à propriedade, de 1.900 €, por exemplo (Quadro 1).

Quadro 1

Preço médio em euros por metro quadrado de um apartamento antigo livre sem garagem no bairro de Lille-Sud, baseado nas transações efetivamente realizadas e recenseadas pela Fnaim e os notários da França

A LOCALIZAÇÃO: BAIRRO DE LILLE-SUD						
IDADE ESTADO IMÓVEL	OU DO	FOURCHETTE	TAMANHO DO APARTAMENTO			
			<i>Studio dois cômodos</i>	<i>ou Três cômodos</i>	<i>Quatro cômodos</i>	<i>Cinco cômodos ou mais</i>
Recente	<i>Max</i>		3 762	3 687	2 905	2 993
	<i>Min</i>		3 385	3 318	2 614	2 693
Renovado	<i>Max</i>		3 268	3 203	2 524	2 600
	<i>Min</i>		2 843	2 787	1 987	2 046
Antigo	<i>Max</i>		2 201	2 158	1 700	1 751
	<i>Min</i>		1 901	1 864	1 469	1 513

Fonte: L'Argus 2007, in Le Nouvel Observateur 3-9 avril 2008[67].

O caráter neutro da obtenção desses dados é sempre ressaltado – como o referido “escritório de consultoria independente”. Esta imparcialidade contrasta, no entanto, com a forma sempre positivada através da qual essas informações são apresentadas. Situa-se no contexto das ações compensatórias diante do inevitável deslocamento dos moradores atingidos pelas demolições, e vai além disso: configura-se, de uma certa forma, como uma estratégia de *convencimento* dessas populações que partir pode ser uma oportunidade de melhoria não só do conforto habitacional da família, como também de sua condição social. Uma forma indireta de incitar a partida do bairro, pois se o discurso pretende dar garantias – “Todos os que quiserem ficar, ficarão” –, ele também é persuasivo: “Mas todos os que quiserem partir, pois há os que querem partir, poderão fazê-lo.” Sobretudo ao lembrarmos que esse discurso é amparado por um instrumento carregado de simbolismo: a “maleta do realojamento”.

Se todos os esforços são concentrados na valorização da unidade “apartamento” (de seu conforto, funcionalidade e economia), isto se faz em detrimento da categoria *vizinhança*, privilegiada por muitos habitantes e jamais empregada nos discursos oficiais. Vizinhança que, em bairros ditos “sensíveis”, pode engendrar

solidariedades de proximidade frequentemente “fundada sobre um sentimento de exclusão, mais do que de comunidade”[68], mas que representa muitas vezes o velho fantasma republicano do “comunitarismo” a ser combatido por uma boa dosagem de “*mixité sociale*”. “As ‘*cités*’, os ‘bairros difíceis’ são talvez outra coisa do que uma simples metáfora da exclusão. Se eles não geram necessariamente a integração cidadã, produzem, entretanto – e ainda que seja sob formas extremamente diversificadas que convêm explorar –, solidariedades, formas de troca, de participação ou de mobilização que traduzem modalidades de integração de proximidade”[69].

Durante uma reunião de apresentação do projeto dos futuros imóveis das ruas Asie e Wagner, em 2007, a prefeita declarou: “Temos a chance de ter em Lille seis bairros populares, e não queremos que seus habitantes sejam caçados pelos promotores imobiliários. Queremos a *mistura social*!”. O discurso da “*mixité sociale*” é sempre colocado em evidência para justificar as intervenções e convencer a respeito do lado positivo do projeto. Mas o que é a “mistura social”? Se analisarmos a cidade em função da pluralidade dos níveis de renda de seus habitantes – critério sempre ressaltado quando se fala dessa noção – poderíamos dizer que, em Lille, são justamente os bairros ditos “sensíveis” que apresentam uma maior mistura de populações com diferentes níveis de renda (Figura 5).

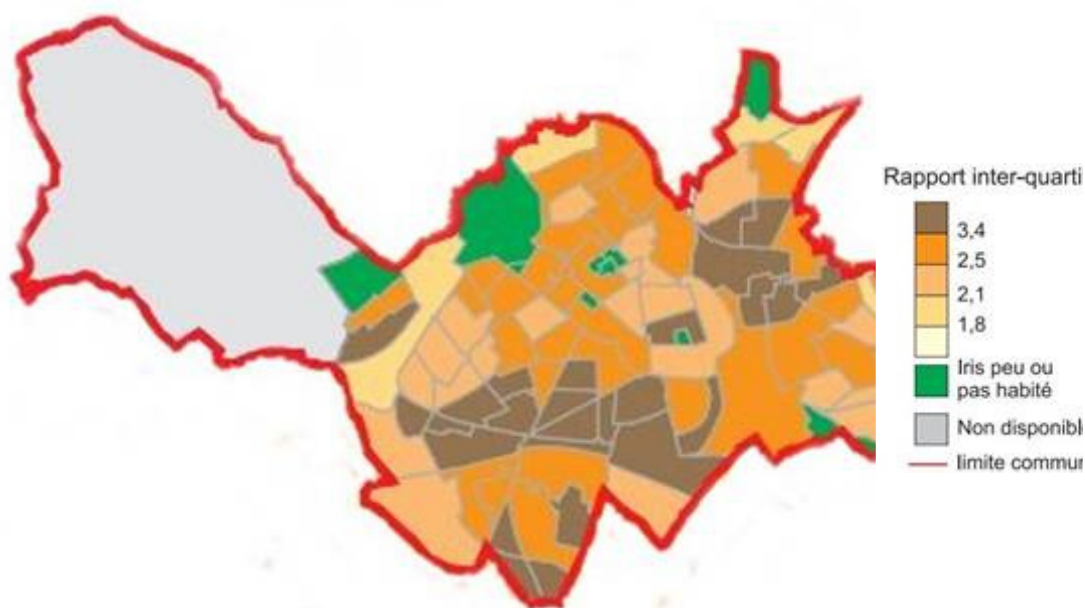


Figura 5. Relação interquartil de rendas medianas declaradas pela UC na cidade de Lille para o ano de 2002 por IRIS.

Fonte: INSEE Nord-Pas-de-Calais, *Pages de Profils*, n° 3, février 2006 – Revenus fiscaux et structures intercommunales: le cas de la Communauté urbaine de Lille Métropole.

Se é a concentração dos índices de precariedade em certos bairros que define as intervenções da *Politique de la ville* e estabelece as bases para as operações de renovação urbana, a dispersão dessa população em outros bairros da cidade poderá contribuir para uma nova leitura estatística desses territórios, sem necessariamente

engendrar “integração” e trajetórias ascendentes para os que há muito se encontram em situações vulneráveis – ou de “desafiliação”, para usar o termo de Robert Castel[70].

De fato, os discursos atuais em torno da mistura social negligenciam os desafios essenciais que deveriam ser levados em conta pelos conceptores das políticas urbanas, como observam Bidou-Zachariassen e Blanc[71]: “Na França, o discurso sobre a mistura social se funda sobre constatações estatísticas, o que lhe dá uma aparência enganosa de cientificidade: ela reenvia as desigualdades sociais e seus tratamentos à repartição das populações no espaço, o que nos leva a colocar o essencial entre parênteses, a desigual repartição das riquezas.”

Conclusão

A perspectiva do *social drama*, como foi dito na introdução deste artigo, nos permite acompanhar o *processo* deflagrado por um evento. Os personagens do drama têm como *script* comum uma considerável produção de narrativas que lhes permitem elaborar suas experiências e transmiti-las a todos aqueles convidados a compartilhar de suas histórias. Um evento não traz em si qualquer sentido. O anúncio da renovação urbana, por exemplo, pode ser recebido de maneiras muito diversas mesmo entre aqueles diretamente afetados. O significado atribuído a um evento – ou seja, a sua interpretação – resulta de experiências anteriores. Histórias que, portanto, reabrem histórias, como escreveu o jurista e fenomenólogo Wilhelm Schapp .

A questão que orientou as ações de moradores e planejadores do caso estudado parece ser a mesma, na medida em que reabre as mesmas velhas histórias: para promover a valorização fundiária que se busca com a renovação, é preciso reconfigurar o espaço urbano. E para isto, é preciso tocar no espaço habitado pelas “populações” mais fragilizadas. À luz desse enredo geral, reabrem-se as feridas da história particular: o fantasma do “comunitarismo”, para a República francesa, e o sentimento de discriminação étnica que emerge nesse contexto, como que incitado pela memória recente e ainda ressentida por muitas famílias de imigrantes na França.

Razões, argumentos e muitos eufemismos constituem, assim, a panóplia com a qual os integrantes do drama tentam melhor adequar e justificar suas ações e mobilizar seus possíveis parceiros para a consecução de suas causas. Entre a produção de argumentos empreendida pelos planejadores, a promoção da chamada “*mixité sociale*” se destaca. Aplicada à produção da oferta, a “*mixité*” permite. Aplicada ao tratamento da demanda, ela impede[72]. O conflito é inerente à aplicação da regra e mostra a impossibilidade de se definir imparcialmente os valores públicos, como preconizam os pensadores modernos do liberalismo, dentre os quais John Rawls

Quanto à questão fundamental e subjacente à nossa micro-análise do atual processo de renovação urbana na França, ela se revela, em parte, pelo questionamento de um *bailleur* da cidade de Lille, ao considerar que “o problema não é *como* promover a mistura social, mas entender *por que* essa sanha pela mistura nos dias de hoje”[73].

O fato é que havendo um imperativo, seja ele qual for, há necessariamente um conjunto de procedimentos a serem observados. A obrigatória partida dos moradores, justificada pelos planejadores por uma ampliação da *polis* através da intervenção na *urbs* – ou de “*une ville pour tous*”, como diz o lema do GPU lillense – é mitigada pelo tratamento

“*cas par cas*”, por uma consideração personalizada “dos desejos de cada família” submetida ao processo de mudança. Sobressai aqui o registro de uma lógica liberal amortizadora de diferenças que tragam conflitos e divergências capazes de criar obstáculos à realização do projeto. Mais do que ser transformado em cliente de um serviço, o cidadão, submetido a uma variedade de operações práticas (que vão desde as trocas de gentileza durante os “*pots de l’amitié*” servidos ao final das reuniões de consertação até a participação no “*diagnostique marchand*”), pouco a pouco se engaja em um esquema que o conduzirá à apreciação de sua causa pessoal. Nesse processo, suas competências cívicas e cidadinas vão sendo realçadas enquanto *virtudes*: ele é antes um “próximo”, uma “força viva” da comunidade. O reconhecimento de virtudes manifestadas no espaço público é, deste modo, um dos métodos do liberalismo político que instrui e orienta os procedimentos que aqui nos propomos a analisar.

Notas

[1] Turner, 1957.

[2] Mello & Vogel, 1981.

[3] Turner, 1972.

[4] Turner, 1957.

[5] *In english the title of the work is: “When the street becomes home”*. Mello & Vogel, 1981.

[6] Turner, 1972.

[7] Turner, 1957.

[8] En español el título del trabajo sería: “Cuando la calle se convierte en casa”.

[9] Turner, 1972.

[10] Todas as citações de textos estrangeiros são traduções livres realizadas pelas autoras.

[11] Bourdin & Prost, 2009; Melo, 2010.

[12] Deboulet, 2007.

[13] Genestier, 2006.

[14] Castel, 1995.

[15] Genestier, 1999; Donzelot & Mongin, 1999; Tissot & Poupeau, 2005.

[16] A questão da “*mixité sociale*” como obrigação legal na França foi instaurada em dezembro de 2000, com a lei “*Solidarité et renouvellement urbains*” (SRU), durante o governo de esquerda do socialista Lionel Jospin. Seu eixo “*logement et urbanisme*” visava insuflar mais mistura social na questão da habitação, instaurando a obrigação para os municípios urbanos de mais de 3 500 habitantes (entre outros requisitos) de dispor em 2020 de ao menos vinte por cento de habitação social, sob pena de pagamento de uma taxa anual (que pode ir até 5% do montante das despesas reais de funcionamento do município do ano precedente). Em 2003, a lei “*d’orientation et de programmation pour la ville et la rénovation urbaine*” (“*Loi Borloo*”) foi adotada por iniciativa da direita de novo no poder, no governo UMP de Jean-

Pierre Raffarin, (com Jean-Louis Borloo como ministro responsável pelo Ministério da Cidade). Com esta nova lei, a questão da mistura social foi assim ainda mais ressaltada.

[17] Simões, 2010.

[18] As intervenções do GPU concernem majoritariamente dois bairros: Lille-Sud e Moulins, mas com algumas operações pontuais em 14 “sítios associados”. Esses últimos se localizam, na sua maioria, em bairros periféricos.

[19] Duprez & Kokoreff, 2000.

[20] Compartilhamos a interpretação feita por autores como Flamand (2004) deste novo conceito utilizado nas operações urbanas francesas: "Esse neologismo bárbaro é empregado para significar que um espaço urbano de uso coletivo, de fato senão de direito, no seio de um conjunto residencial, será fechado à circulação pública, e só será doravante acessível aos habitantes do imóvel" (2004, p. 236). O autor enquadra este tipo de intervenção como uma restrição do acesso a espaços anteriormente abertos a todos, situando-a como mais uma ação de privatização de espaços públicos ou de uso coletivo. Esta definição contrasta com a existente nos discursos oficiais – bastante positivada –, como a que podemos encontrar no site do GPU: “Os espaços exteriores dos imóveis são reorganizados a fim de facilitar seu uso, de materializar os limites entre espaços públicos e os privados e de aumentar sua segurança (entrada dos imóveis, estacionamentos, espaços verdes, espaços de jogos, local para as lixeiras...). Assim, cada imóvel ou grupo de imóveis convidados a constituir uma “residência” é contornado de um espaço de transição entre o espaço público, a rua, e as partes comuns do imóvel.” (<http://gpu.mairie-lille.fr/>).

[21] Entre os parceiros estão os órgãos públicos (Lille Métropole Communauté Urbaine-LMCU, GIP de Rénovation Urbaine), Préfecture du Nord-Pas-de-Calais, Ville de Lille, l’ANRU, Conseil Régional du Nord-Pas-de-Calais, Caisse des Dépôts et Consignations, l’Association Foncière Logement, os bailleurs Lille Métropole Habitat (LMH) et CMH/Vilogia, Commission Locale Amélioration de l’Habitat de Lille Métropole. O site da ANRU anuncia que do total de 39 378 M€ dos projetos assinados em janeiro de 2010, 10 858 M€ serão efetivamente financiados pelas subvenções da ANRU.

[22] Genestier, 1999, p. 150, tradução livre.

[23] A filosofia moral nos permite indagar até que ponto o tema da culpabilidade não se encontra investido nas políticas que cooptam os cidadãos categorizando-os como ‘participativos’. O indivíduo responsável, segundo a acepção de Paul Ricoeur (1990), mas que age em relação com “*chacun*” e não com o seu “*prochain*”, pode não ser o mesmo convocado a participar das arenas da dita “democracia participativa”.

[24] Thevenot, 2006.

[25] Segundo o dicionário Larousse (2006, p. 68) um *bailleur* seria “aquele que fornece um *bail*”, ou seja, “um contrato de locação por um tempo determinado”. Uma tradução possível seria o termo “arrendador”. Os “arrendadores sociais” na França são organismos responsáveis pela construção, manutenção, atribuição e gestão das habitações locativas sociais, ou seja, os HLM. Eles podem ser organismos públicos (os “Ofícios Públicos”) ou privados (sociedades anônimas ou fundações).

[26] Genestier, 1999, p. 149.

[27] Turner, 1974; Mello & Vogel, 1981 e 2005.

[28] Turner, 1974, p. 78-79.

[29] Turner, 1972.

[30] O site, no entanto, não distingue o “locativo livre” do “locativo intermediário e livre”. Além disso, se somarmos os percentuais apresentados chegamos a um total de 105%, valor incongruente considerando o valor absoluto em questão (100%).

[31] T2, T3 ou T4 são unidades com dois, três ou quatro cômodos (sala e quartos), além de cozinha e banheiro.

[32] São assim chamados os representantes de organizações com ação local.

[33] Cardoso de Oliveira, 2005.

[34] Onde a ideia de reciclagem dos materiais está implícita, cuidado supostamente atribuído também, no plano simbólico, à memória afetiva dos moradores.

[35] Termo utilizado pelas agências promotoras do realojamento das famílias.

[36] O CUCS integra o programa da Politique de la Ville. Em Lille, esse contrato foi assinado entre o Estado via a ACSE (*Agence nationale pour la cohésion sociale et l'égalité des chances*) e a Prefeitura para o período 2007-2009. Ele apóia projetos que contribuam para a animação e o desenvolvimento de bairros identificados como prioritários. Os projetos selecionados constituem a base do programa anual do CUCS, e são subvencionados pelo município e o Estado. O CUCS é objeto de uma avaliação anual. (<http://gpu.mairie-lille.fr/>, consulté le 10/03/2010)

[37] CUCS, 2006, p. 43.

[38] “*Magasine des Habitants*”, jornal publicado e distribuído por *Lille Metropole Habitat* (LMH); jornal de bairro; cartas. Além disso, o GPU fica em exposição permanente, desde seu lançamento, em três lugares de Lille Sud: Epi de Soil e rue de Garonne, além da Mairie du Quartier. Um site internet também existe.

[39] Ver jornal *20 Minutes* (“*Des indemnités pour les habitants*”, p. 3) do 20 de janeiro de 2006, onde o Presidente da Associação de Defesa dos Locatários da Residência Sul manifesta a indignação dos habitantes e reivindica indenizações, assim como um terço das sedes das instâncias decisórias do projeto para moradores de Lille-Sud. A antropóloga Colette Pétonnet, ao refletir sobre o impacto da erradicação das *bidonvilles* (1979), considerou que tais procedimentos poderiam criar verdadeiras “comunidades ressentidas” – o que nos leva a considerar sobre a dimensão espacial das identidades e do significado das intervenções oficiais nos espaços habitados, sobretudo de uso residencial.

[40] Respectivamente: o batalhão de polícia, o equipamento esportivo de ponta para a prática dos esportes com rodas e o centro de ateliers de moda.

[41] O GPV foi, de 2000 à 2006, o enquadramento estratégico para as ações da *Politique de la ville* de Lille. Desde de 2007 até 2009, o GPV foi substituído pelo “*Projet urbain de cohésion sociale*” (PUCS), cuja vertente urbana foi desenvolvida em diálogo com o GPU de Lille.

[42] Perec, 1974.

[43] Os esportes como *roller*, *skateboard* e *bicicross*, bastante difundidos entre os jovens, exigem, para a prática, acessórios apropriados (capacetes, joelheiras, cotoveleira etc.), além do próprio equipamento. O frequentador da *Halle de Glisse* deve pagar uma tarifa diária e os encontra disponíveis para aluguel. Nos cálculos de um morador de Lille-Sud, este espaço torna-se inacessível. Pois, como nos disse um rapaz certa vez a propósito do uso desse novo local esportivo pelos jovens do bairro: “Com uma bola jogam vinte e dois aqui fora.” Do mesmo modo, a instalação do *Faubourg des Modes* não criou seu público entre os moradores, que a consideram igualmente inacessível. A ideia desenvolvida pela prefeitura de transformar o principal eixo do bairro em um pólo comercial e artesanal de moda “descolada” (“*branché*”), teve um grande impacto na paisagem urbana e no comércio local. A vontade de “mudar a imagem do bairro” encontrou no *Faubourg des Modes* sua principal vitrine. Tanto o piso quanto o mobiliário urbano desse trecho do *Faubourg des Postes* foram totalmente renovados. E, para a

recuperação das fachadas, os comerciantes puderam contar com subvenções consideráveis, que totalizaram 87 milhões de euros de investimentos. No prolongamento do *Faubourg*, permanece a antiga configuração, que em muito contrasta com a mais recente, seja no tipo de comércio e na própria exibição dos produtos. “Nada contra a chegada dos estilistas, mas que venham também de volta os açougueiros”, diz um morador, fazendo eco ao sentimento geral de que “morador de Lille-Sud não tem condições de comprar no *Faubourg des Modes*”.

[44] "*Cité domestique*", para dizer nos termos de Boltanski e Thevenot, 1991.

[45] Cefai, 2002.

[46] Em situações semelhantes, vividas no contexto do Copperbelt, Mitchel observou que recaía sobre os *cols-blancs* a responsabilidade pela apresentação das demandas locais, “porque eles sabem falar inglês, apresentar suas condolências e fazer reivindicações em termos facilmente compreensíveis pelos europeus” (Mitchel, 1956, p. 230). Em Lille-Sud, o mesmo papel era atribuído às gerações dos nascidos na França, ou seja, aos filhos e netos das famílias presentes às reuniões.

[47] Cardoso de Oliveira, 2005.

[48] Mello & Vogel, 2005, p. 168.

[49] Cardoso de Oliveira, 2005, p. 3.

[50] Em Nantes, as discussões durante a fase de concertação organizada pela Prefeitura abordavam temas como « a escolha dos prédios a serem demolidos, a perspectiva dos realojamentos, a natureza da “mixité” desejada pela Prefeitura, a modificação viária e os transtornos para a qualidade residencial, a localização dos equipamentos” (Donzelot & Epstein, 2006), enquanto que em Lille as discussões foram puramente informativas e os temas abordados, menos abrangentes. Quando o tema das demolições e dos realojamentos era abordado (normalmente nas reuniões específicas com a população dos imóveis que iam ser destruídos), a Prefeitura ou os *bailleurs* se contentavam em reproduzir seus discursos tentando convencer os moradores de aceitarem suas proposições e não acolher suas opiniões para, deste modo, não rever o projeto e conseqüentemente não fazer eventuais modificações. Se em Nantes, houve uma verdadeira inflexão no plano diretor do bairro em questão, o mesmo não se deu em Lille. O diretor de Urbanismo da cidade de Lille e ex-diretor do GPU, afirmou durante uma conferência (“*La gestion de projet: l'exemple du Grand Projet Urbain*”, no dia 3 março de 2010, no âmbito do *Master 2 Management Public Territorial*, IAE de Lille): “Hoje, na discussão com os habitantes nos não modificamos os grandes eixos. Havia intenções muito firmes em termos de *mixité sociale* e a diversificação das residências e a criação de novos equipamentos mas que não foram verdadeiramente discutidos.” De fato, ele admite que só os pontos marginais foram alvo de debates e eventualmente alterados, tais como o uso das áreas verdes (jardins e parques) ou dos equipamentos municipais (decididos no entanto pela Prefeitura). As demolições não foram objeto do debate, pois isso poderia tornar o projeto inexecutável em virtude da localização dos edifícios a serem demolidos (o conferencista reconheceu que o estado das construções permitiria as renovações, o que contribuiu para aumentar a incompreensão dos moradores desses imóveis).

[51] Mauss, 2007, p. 71.

[52] Como nas transações do *kula*, na Papua Nova Guiné.

[53] Boltanski & Thevenot, 1991.

[54] Donzelot, 1994.

[55] Genestier, 1999.

[56] A noção de “forças vivas” merece algumas precisões. Amplamente utilizada pelos políticos locais nas reuniões públicas, “força viva” é o modo como se qualificam pessoas que representam instituições (associações de bairro, clubes, sindicatos, etc.) e que têm um papel de destaque e de reconhecimento no âmbito da comunidade. Já o termo “*personnalité*” é atribuído àquelas reconhecidas por seu papel também

no âmbito da comunidade, mas com a nuance de não serem representantes de um coletivo. No âmbito do município de Lille, o espaço de participação das “forças vivas” é o *Conseil communal de concertation* (CCC), que só prevê a atuação de representantes institucionais em sua composição. Na escala dos bairros, são os *Conseils de quartier* que constituem o canal de concertação para essas «forças» e são as personalidades que neles figuram.

[57] Um “*groupe mémoire*” foi criado com representantes das associações do bairro e profissionais, tais como documentaristas e fotógrafos, em torno da noção de « memória do bairro ». O objetivo desse grupo era o de “guardar a memória” do bairro em função de sua iminente transformação, embora as intervenções urbanas não fossem objeto de seu interesse. Os produtos dos trabalhos do grupo são normalmente expostos durante as *journées du patrimoine* da cidade. Se os habitantes participam dessas *journées*, eles não integram, contudo, as reuniões do *groupe mémoire*. Nos mesmas acompanhamos algumas sessões, após termos participado das reuniões de concertação com os “atores do campo”, no âmbito do GPU. O convite para as reuniões foi feito diretamente pelo prefeito do bairro, após nos ter “identificado” durante uma das exposições do *groupe mémoire*, em uma *Journée du Patrimoine* em 2008. Dirigindo-se a nos – pessoas “estranhas” ao bairro – e nos perguntando sobre nosso interesse pelo lugar, o prefeito do bairro nos convidou à essas reuniões após nossa solicitação para uma entrevista no âmbito de nossa pesquisa.

[58] Loïc Blondiaux (2007), mencionando a questão do consenso se indaga sobre o perigo do uso da democracia participativa como “máquina de erradicar o conflito”. No caso de Lille, a busca do consenso através dos dispositivos participativos do município se tornou mais fácil graças a um contexto político favorável: uma base aliada (com amplas alianças de esquerda, passando pelo Partido Verde, até o centro, com o partido Modem), um alinhamento político na escala da Comunidade Urbana (instância da política francesa onde a busca pelo consenso foi bem apresentada por Desage (2006)), um controle sobre as associações lillenses (denunciado por Fadela Amara, secretária de Estado encarregada da *Politique de la Ville*, em uma reunião pública em Lille: segundo ela, somente as associações “aliadas” se beneficiariam de espaço e voz – inclusive para a aquisição de financiamentos – no município). Mesmo os espaços chamados “*plurais*”, onde os partidos de oposição estão presentes, como os *Conseils de quartier*, prevalece um “consenso”, segundo Falise (2003). Nesse contexto “consensual” a única fonte de conflito seria a população!

[59] “Décohabitar”, ou seja, desmembrar a composição do domicílio em outras unidades residenciais (famílias na mesma unidade ou jovem desejoso de ter sua própria casa) tem sido apresentado como mais uma possibilidade promovida pelo GPU.

[60] *Lille-Magazine*, n° Spécial janeiro de 2007.

[61] Os setores de renovação urbana em Lille-Sud são: Arras-Europe, Cannes-Arbrisseau, Fauvet-Girel e Les Margueritois.

[62] Donzelot & Epstein, 2006, p. 24.

[63] Segundo o INSEE, o Smic líquido em janeiro de 2010 é de 1.055,42 euros.

[64] “A renda declarada ao fisco, ou renda fiscal, é a soma dos recursos declarados pelo contribuinte sobre a declaração de renda de 2002, antes do abatimento. Compreende quatro categorias de renda: as rendas salariais, as rendas das profissões não assalariadas, as aposentadorias e as pensões, e as outras rendas (essencialmente as rendas do patrimônio). A renda fiscal é a renda antes da redistribuição. Ela não pode ser assimilada à uma renda disponível, que suporia a possibilidade de acrescentarmos as rendas sociais não declaradas (mínima social, como o RMI e mínima velhice, prestações familiares, ajudas ao alojamento) e que podemos subtrair dos impostos diretos (imposto de renda, taxa de habitação, taxa fundiária). A renda fiscal por unidade de consumo (UC) considera as economias de escala resultante da vida em grupo. A renda expressada pela UC se torna uma renda por equivalente adulto, comparável entre domicílios de composições diferentes. O número de UC de um domicílio é avaliado como se segue: o primeiro adulto do domicílio conta como 1 UC; as outras pessoas de 14 anos ou mais contam cada uma como 0,5 UC; as crianças de menos de 14 anos contam cada uma como 0,3 UC.” (INSEE Nord-Pas-de-Calais, 2006, p. 8)

[65] A agência imobiliária EffiCity. (http://www.efficity.com/prix-immobiliers/id_z104740/#pricemap, consultado em 21/04/2010).

[66] O fato de Lille-Sud não aparecer na ilustração não é anódino – mostra bem como o bairro não é atrativo aos olhos do mercado imobiliário.

[67] L'Argus 2007 é baseado nas transações efetivamente realizadas e recenseadas pela Fnaim e os notários da França. Ele permite determinar o preço do m² de um apartamento antigo livre sem garagem em função de quatro critérios: a localização, a idade ou o estado do imóvel, a *fourchette* e o tamanho do apartamento. A *localização* concerne o bairro e a cidade. A *idade ou o estado do imóvel* combina a data da construção e o estado atual do imóvel segundo três categorias: *recente* (imóvel haussmanniano, em pedra ou datando de menos de dez anos); *renovado* (construção de antes de 1948, mas adaptado às normas atuais, e/ou construções posteriores a 1950 reabilitadas e com manutenção correta), *antigo* (construção datando de antes ou depois 1948 não reabilitada e imóveis ainda não renovados). A *fourchette* resulta da combinação da apresentação do imóvel, de seu entorno e do nível de conforto interno, dividido em duas categorias: *max* (grande conforto e localização ótima – bairro “chique”, próximo de um monumento, de um parque, de um jardim etc.), *min* (conforto *standard* ou sem necessidade de realização de obras consideráveis, e localização menos favorável, mas aceitável). O *tamanho do apartamento* concerne o número de ambientes que ele contém. Esta categoria foi organizada da seguinte forma: *studio* e um cômodo; três cômodos; quatro cômodos. (Le Nouvel Observateur 3-9 avril 2008)

[68] Duprez & Kokoreff, 2000, p. 48.

[69] Duprez & Kokoreff, 2000, p. 43.

[70] Chombart de Lauwe; Chamboredon & Lemaire; Elias & Scotson; Chalvon-Demersay, são algumas das referências na literatura sociológica que mostram que proximidade física não implica em proximidade social.

[71] Bidou-Zachariasen & Blanc, 2010, p. 12.

[72] Uhry, 2004.

[73] Entrevista realizada no dia 12 de maio de 2009.

Bibliografia

ANRU – Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine [En línea] <<http://www.anru.fr/>> [10 de março de 2010].

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine & BLANC, Maurice (coord.). Editorial. Paradoxes de la mixité sociale. *Espaces et Sociétés*, 2010, N° 140/141, p. 9-20.

BLONDIAUX, Loïc. La démocratie participative, sous conditions et malgré tout. Un plaidoyer paradoxal en faveur de l'innovation démocratique. *Mouvements*, 2007/2, N° 50, p. 118-129.

BOLTANSKI, Luc & THEVENOT, Laurent. *De la Justification – Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIN, Alain. La stratégie fait-elle la ville? In BOURDIN, Alan & PROST, Robert (dir.). *Projets et stratégies urbaines, regards comparatifs*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2009, p. 258-272.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Droit légal et insulte morale: dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*. Québec: Presses de l'Université de Laval, 2005.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In JOSEPH, Isaac (org.). *L'Heritage du Pragmatisme – Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2002, p. 51-82.

CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue française de sociologie*, janvier-mars 1970, vol. XI, n° 1, p. 3-33.

CHAVLON-DEMERSAY, Sabine. *Le triangle du XIVème: des nouveaux habitants dans un vieux quartier de Paris*. Paris: Ed. MSH, 1984.

CHOMBART DE LAUWE, Paul Henry. *Paris et l'agglomération parisienne: l'espace social dans une grande cité*. Paris: PUF, 1952.

CLYDE MITCHELL, John. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. 2ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 365-436.

DÈBOULET, Agnès. Restructurer l'habitat précaire. Récits de 'meilleures pratiques'. *Espaces et Sociétés*, 2007/4, N° 131, p. 67-83.

DESAGE, Fabien. *Le "consensus" communautaire contre l'intégration intercommunale. Séquences et dynamiques d'institutionnalisation de la communauté urbaine de Lille (1964-2003)*. Tese doutoral dirigida por Frédéric Sawicki. Lille: Université de Lille 2, 2006.

DONZELOT, Jacques, ESTÈBE, Philippe. *L'État animateur: essai sur la politique de la ville*, Paris: Éditions Esprit, 1994.

DONZELOT, Jacques, EPSTEIN, Renaud. Démocratie participative et participation: l'exemple de la rénovation urbaine. *Esprit*, juillet 2006, p. 5-34.

DONZELOT, Jacques, MONGIN, Olivier. De la question sociale à la question urbaine. *Esprit*, novembre 1999, p.83-86.

DUPREZ, Dominique, KOKOREFF, Michel. *Les mondes de la drogue*. Paris: Odile Jacobs, 2000.

EFFICITY. *Le prix du mètre carré à Lille*. [En línea] <http://www.efficcity.com/prix-immobiliers/id_z104740/#pricemap> [21 de abril de 2010].

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *The Established and the Outsiders*. London: Sage Publications, 1965.

FALISE, Michel. *La démocratie participative. Promesses et ambiguïtés*. Gémenos: Editions de l'Aube, 2003.

FLAMAND, Jean-Paul. *L'abécédaire de la maison*. Paris: Éditions de la Villette, 2004.

GENESTIER, Philippe. Le sortilège du quartier: quand le lieu est censé faire lien – cadre cognitif et catégories d'action politique. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 1999, N° 82, p. 142-153.

GENESTIER, Philippe. L'expression "lien social": un syntagme omniprésent, révélateur d'une évolution paradigmatique. *Espaces et Sociétés*, 2006, 126, N° 3, p. 19-34.

IAE de Lille. Séminaire La gestion de projet: l'exemple du Grand Projet Urbain. 03 mars 2010, Master 2 Management Public Territorial.

INSEE Nord-Pas-de-Calais. Revenus fiscaux et structures intercommunales: le cas de la Communauté urbaine de Lille Métropole. In *Pages de Profils*, février 2006, N° 3.

JOURNAL 20 MINUTES. *Des indemnités pour les habitants*, 20 janvier 2006, p. 3.

LA VOIX DU NORD. *Quand Fadela Amara viendra à Lille, Walid Hanna, elle trouvera... ou pas*, mercredi 11 mars 2009.

LE NOUVEL OBSERVATEUR. *Spécial Immobilier: Lille quartier par quartier. Où acheter selon le budget*, 3-9 avril 2008.

LILLE, Ville de. *Un nouvel Art de ville. Le Projet Urbain de Lille*. Lille: Ed. Ville de Lille, 2005.

LILLE, Ville de, LOMME, Ville de, CAF, ACSE. *Contrat Urbain de Cohésion Sociale (CUCS)*. Lille: Ville de Lille, 2006.

LILLE, Ville de. *Lille-Magazine*, janvier 2007, N° Spécial.

LILLE, Ville de. *Des conditions préférentielles pour devenir propriétaire*. [En línea] <http://www.mairie-lille.fr/fr/Urbanisme_et_logement/G.P.U/actualites/aides-pour-devenir> [10 de março de 2010]

LILLE, Ville de. *Le GPU de Lille*. [En línea] <<http://gpu.mairie-lille.fr/>> [10 de março de 2010].

MAUSS, Marcel. *Essai sur le don*. Paris: PUF, 2007.

MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno & SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: IBAM, 1981.

MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Gente das Areias*. Niterói: Ed. UFF, 2005.

MELO, Ana Maria. Le Parti des Travailleurs gouverne la ville de Recife. *Cahiers des Amériques latines*, 2010, N° spécial Le Nordeste de Lula 63/64, p. 47-62.

PÉTONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard - ethnologie des banlieues*. Paris : Éditions Galilée, 1979.

RAWLS, John. *Political liberalism* . New York: Columbia University Press, 1993.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

SAPOVAL, Yves-Laurent. Clôture de la journée. In Actes de colloque: *Démolitions - reconstructions et trajectoires résidentielles des ménages. État de savoirs et perspective d'action*. Paris: PUCA, 2008, p. 87-89.

SCHAPP, Wilhelm. *Envolvido em histórias: sobre o ser do homem e o da coisa*. Porto Alegre: Fabris Ed., 2007.

SIMOES, Soraya Silveira. Favela, cité, quartier: Declinações da noção de “bairro” e seus significados políticos e sociais no Brasil e na França. Lisboa: *Cadernos Edifícios*, 2010, N°4, (no prelo).

THEVENOT, Laurent. *L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

TISSOT, Sylvie, POUPEAU, Franck. *La spatialisation de problèmes sociaux*. In Actes de la recherche en Sciences Sociales, 2005, n.159, p. 4-9.

TURNER, Victor. *Schism and continuity in an African Society: a study of Ndembu Village Life*. Manchester: Manchester University Press, 1957.

TURNER, Victor. *Les tambours d'affliction*. Paris: Gallimard, 1972.

UHRY, Marc. Mixité sociale: des politiques antalgiques? *Economie et Humanisme*, mars-avril 2004, N° 368, p. 55-56.

[Edición electrónica del texto realizada por Marcela do Nascimento Padilha y [Miriam-Hermi Zaar](#)]

Ficha bibliográfica:

MELO, Ana Maria Barbosa Campelo de y SIMÕES, Soraya Silveira. Considerações acerca de um drama: a renovação urbana em Lille-Sud. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de agosto de 2011, Vol. XVI, nº 937. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-937.htm>>. [ISSN 1138-9796].

